

Política de Privacidade



“Vivemos com o que recebemos, mas marcamos a vida com o que damos”

Winston Churchill

*Obra de
Promoção
Social do
Distrito de
Coimbra*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
INFORMAÇÃO JURÍDICA RELATIVA A PROTECÇÃO DE DADOS.....	3
O QUE SÃO DADOS PESSOAIS	4
RESPONSABILIDADE DA RECOLHA E TRATAMENTO DOS SEUS DADOS PESSOAIS	4
FINALIDADE E BASE LEGAL DA RECOLHA DE DADOS	5
DADOS RECOLHIDOS	6
SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE	6
PERÍODO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS.....	7
DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS.....	7
COMO É QUE PODE ALTERAR OU RETIRAR O SEU CONSENTIMENTO.....	8
DIREITO DE APRESENTAR RECLAMAÇÃO	8

INTRODUÇÃO

A **Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra**, doravante designada por **OPSDC**, fundada em catorze de Outubro de mil novecentos e sessenta e oito, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede em Coimbra, na Rua Padre Estevão Cabral, n.º 84, 5.º Esquerdo, 3000-316 Coimbra.

A **OPSDC** tem por objectivo primordial prosseguir a sua acção no campo da segurança social no distrito de Coimbra, pautando-se pelos princípios orientadores da economia social, apoiando todos aqueles que, por razões diversas, se encontram em situação de vulnerabilidade, dando expressão ao dever moral, de justiça e de solidariedade que deve existir entre os cidadãos, nomeadamente mediante a concessão de bens, prestações de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade da vida das pessoas, famílias e comunidades.

Para prosseguir o seu objectivo, a **OPSDC**, no âmbito da sua actividade, necessita de recolher dados das pessoas com quem estabelece relações; no entanto, respeita o seu direito à privacidade e não recolhe quaisquer informações pessoais, sem o prévio consentimento dos mesmos.

Com a nossa Política de Privacidade pretendemos dar a conhecer a forma como recolhemos, tratamos, partilhamos e protegemos os seus dados pessoais quando usar os nossos serviços, visitar o nosso *site* ou estabelecer qualquer tipo de relação com a **OPSDC**.

INFORMAÇÃO JURÍDICA RELATIVA A PROTECÇÃO DE DADOS

O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, de ora em diante designado por RGPD, substitui a Directiva 95/46/CE de 24 de Outubro de 1995, o qual estabelece as regras referentes à protecção, tratamento e livre circulação de dados pessoais das pessoas singulares em todos os países membros da União Europeia.

O RGPD apresenta um conjunto de direitos dos titulares de dados pessoais e de obrigações que se impõem aos Responsáveis pelo Tratamento, com vista a reforçar a Protecção de Dados e a contribuir para a realização de um espaço de liberdade, segurança e justiça, harmonizando a legislação existente nos Estados-Membros, criando as bases para a consolidação das economias, nomeadamente para o funcionamento do Mercado Único.

Os objectivos da implementação do RGPD consistem em:

- **Aumentar** a protecção dos dados pessoais dos titulares dos mesmos;
- **Facilitar** o acesso, rectificação, limitação, portabilidade e eliminação de dados pessoais fornecidos;
- **Potenciar** a monitorização do sistema de protecção de dados das pessoas singulares;

- **Diminuir** ou **eliminar** por completo os riscos de acesso ou tratamento indevido;
- **Fortalecer** a confiança dos utentes nas instituições e
- **Proporcionar** uma melhoria do serviço público prestado.

É no cumprimento desta legislação que baseamos a Política de Privacidade da **OPSDC**.

O QUE SÃO DADOS PESSOAIS

Nos termos e para os efeitos da alínea 1) do Art.º 4.º do RGPD, consideram-se dados pessoais toda a informação relativa a uma pessoa singular, identificada ou identificável; devendo entender-se toda e qualquer informação, independentemente do respectivo suporte, relativa à identificação do seu titular ou que possam levar à sua identificação, de forma directa ou indirecta, como por exemplo: um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via electrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural religiosa ou social.

Exemplos de dados pessoais:

- Nome
- Número de identificação
 - BI, CC, NIF, NISS, Passaporte, Carta de Condução
- Endereços de identificação e localização
 - Morada
 - Endereço de *email*
- Números de Contacto
- Dados biométricos
 - Altura, peso, conotações físicas
 - Genética
- Dados de saúde
 - Doenças
 - Desempenho físico ou mental
 - Dados de diagnósticos

RESPONSABILIDADE DA RECOLHA E TRATAMENTO DOS SEUS DADOS PESSOAIS

A **OPSDC** é a responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, e apenas terão acesso ao mesmos os nossos colaboradores que, para cumprimento das finalidades de tratamento, necessitem de aceder a esses dados.

A **OPSDC** trabalha, também, com determinados prestadores de serviços que desenvolvem a sua actividade nos seguintes sectores: assessoria jurídica e contabilidade, fornecedores de serviços de informática, empresas de segurança. No âmbito e para exercício dessa prestação de serviços, estes prestadores, na qualidade de subcontratantes, poderão ter acesso aos seus dados pessoais, mas apenas procedem ao tratamento desses dados em nome e representação da **OPSDC**, sempre e só de acordo com as expressas instruções que lhe sejam dadas pela **OPSDC** e em resultado do contrato celebrado entre esta última e aqueles prestadores de serviços.

Os detalhes do nosso contacto são os seguintes:

Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra
Rua Padre Estêvão Cabral, n.º 84, 5.º Esquerdo
3000 – 316 Coimbra

Telefone: 239 827 666

Fax: 239 841 724

Endereço de email: geral@opsdc.pt

FINALIDADE E BASE LEGAL DA RECOLHA DE DADOS

O titular dos dados deve fornecer os dados pessoais imprescindíveis para que se possa estabelecer e manter uma relação entre as partes e para cumprimento das obrigações contratuais necessárias, ou sempre que a lei exija que se faça a recolha de tais dados. No caso de os dados não serem fornecidos pelo respectivo titular, não será exigível que a **OPSDC** venha a celebrar o contrato ou que o mantenha ou que execute a ordem dada, podendo no limite motivar a resolução contratual por parte da **OPSDC**.

Os dados pessoais recolhidos limitam-se ao estritamente necessário ao trabalho desenvolvido entre as partes e são tratados, de acordo com o RGPD:

- Para cumprir obrigações contratuais, ao abrigo da al. b) do n.º 1 do Art.º 6.º;
- Com base no consentimento do titular dos dados, mediante Declaração de Consentimento ao Tratamento de Dados Pessoais, ao abrigo da al. a) do n.º 1 do Art.º 6.º;
- Com base em cumprimento de obrigações legais, ao abrigo da al. c) do n.º 1 do Art.º 6.º;
- Para prosseguir interesses legítimos, ao abrigo da al. f) do n.º 1 do Art.º 6.º e
- Com base em cumprimento de obrigações de interesse público, ao abrigo da al.) e) do n.º 1 do Art.º 6.º todos do mesmo Regulamento.

Os dados pessoais transmitidos são recolhidos e utilizados, principalmente, para fins de elaboração de contratos de prestação de serviços ao cliente, cálculo de participações familiares,

diagnóstico das necessidades e desenvolvimento dos clientes, pedidos de comentário sobre a satisfação dos nossos serviços e, ainda, cedência a entidades tutelares ou outras que deles necessitem para apoio ao desenvolvimento à acção educativa, tais como seguradoras, entre outros. Por vezes, são ainda utilizados para a elaboração das fichas de admissão de colaboradores, recrutamento de novos colaboradores, sócios, subcontratações e parcerias.

DADOS RECOLHIDOS

As seguintes categorias de dados pessoais são recolhidas, pelos nossos serviços, através de contacto pessoal ou via *email*:

Clientes: Nome, Cartão de Cidadão (número e validade), NISS, NIF, morada, contacto telefónico, endereço de *email*, dados de saúde e desenvolvimento, dados biométricos, dados profissionais e de escolaridade, dados da situação socioeconómica, entre outros em que a sua recolha se venha a mostrar essencial;

Colaboradores: Cartão de Cidadão (número e validade), NISS, NIF, morada, contacto telefónico, endereço de *email*, dados de saúde, dados biométricos, IBAN, *Curriculum Vitae*, Certificado de Habilitações, indicadores de agregado familiar, Registo Criminal, entre outros em que a sua recolha se venha a mostrar essencial;

Sócios: Nome, morada, NIF, endereço de *email* e contacto telefónico.

A cedência ou transferência dos dados pessoais recolhidos pela **OPSDC** terá que ter a prévia autorização dos seus titulares.

SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE

A **OPSDC**, porque se preocupa com a segurança daqueles que connosco se relacionam e porque está ciente que a utilização dos seus dados requer o nosso inteiro compromisso, procede ao seu tratamento de acordo com as disposições do RGPD, por forma a obter a sua total confiança.

Assim, a **OPSDC** garante que:

- Implementa todas as precauções necessárias para preservar a confidencialidade, a transparência, a integridade, a imprescindibilidade e segurança dos dados pessoais recolhidos e tratados, impedindo que estes sejam distorcidos, danificados, destruídos, ou que terceiros, não autorizados, tenham acesso aos mesmos.
- Foram desenvolvidas medidas de segurança técnicas e procedimentais.

PERÍODO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

A **OPSDC** guardará os seus dados pessoais pelo tempo estritamente necessário às finalidades para que foram recolhidos, a menos que por força de período de tempo fixado por lei ou regulamento. No caso de dados recolhidos para efeitos de outorga de Contrato de Trabalho, os mesmos serão conservados pelo tempo em que aquele vigore, e um ano após a cessação dele.

Em qualquer caso, terminada a relação com os titulares de dados pessoais ou após o prazo estabelecido por lei, regulamento ou mesmo por contrato, estes deixam de estar disponíveis, sendo automaticamente eliminados pelo responsável do tratamento dos dados.

DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

De acordo com o RGPD, o titular dos dados tem um conjunto de direitos que a **OPSDC** se obriga a cumprir e que de seguida melhor se identificam:

- **Direito a ser informado** – o direito de lhe serem facultadas determinadas informações, designadamente a base legal para o tratamento dos dados, o prazo de conservação, entre outras mais detalhadas como a possibilidade de apresentar queixa na CNPD.
- **Direito de acesso** – o direito de pedir e saber que dados estão a ser tratados e como estão a ser tratados.
- **Direito de rectificação dos dados** – o direito de solicitar a rectificação/correção dos dados que estejam incorrectos, inexactos, errados, incompletos...
- **Direito ao apagamento e a ser esquecido** – o direito a exigir a eliminação definitiva dos seus dados pessoais.
- **Direito à limitação do tratamento** – o direito de requerer que determinado dado não seja tratado, por exemplo, por uso indevido do mesmo.
- **Direito de oposição** – o direito de poder solicitar que os seus dados não sejam tratados, por exemplo, até estar resolvido um pedido de apagamento.
- **Direito à portabilidade dos dados** – o direito de pedir que os dados pessoais por si transmitidos, e somente estes, sejam transferidos para outra entidade.

O exercício de algum dos direitos legalmente conferidos deve ser feito por escrito, pelo respectivo titular, mediante carta registada ou *email* assinados pelo próprio e acompanhados da respectiva fotocópia do documento de identificação, devidamente autorizado para efeito.

COMO É QUE PODE ALTERAR OU RETIRAR O SEU CONSENTIMENTO

Pode, em qualquer altura, alterar ou retirar o seu consentimento, total ou parcialmente. Pode, também, revogar consentimentos dados anteriormente à entrada em vigor do RGPD, no entanto tais revogações não afectarão o tratamento já efectuado.

Para o exercício destes direitos ou para qualquer questão referente à recolha, utilização e tratamento dos seus dados pessoais deve entrar em contacto com o nosso Encarregado de Protecção de Dados, apresentando a sua intenção por escrito (carta registada ou *email*) indicando que dados pessoais pretende que deixemos de tratar, para:

Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra
A/C do Encarregado da Protecção de Dados
Rua Padre Estêvão Cabral, n.º 84, 5.º Esquerdo
3000 – 316 Coimbra

Endereço de *email*: proteccaodedados@opsdc.pt

Ainda assim, o exercício destes direitos está sujeito a determinadas excepções destinadas à salvaguarda do interesse público, nos termos da al.) e) do n.º 1 do Art.º 6.º do RGPD.

DIREITO DE APRESENTAR RECLAMAÇÃO

Pode ainda, caso não esteja satisfeito com a nossa utilização dos seus dados pessoais, apresentar reclamação junto da autoridade de controlo em Portugal:

Comissão Nacional da Protecção de Dados – CNPD
Rua de S. Bento, n.º 148, 3.º
1200 – 821 Lisboa

Telefone: 213 928 400

Fax: 213 976 832

Endereço de *email*: geral@cnpd.pt